

UMA REFLEXÃO SOBRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE ANIMAL

A reflection on primary animal health care

Cláudia Turra Pimpão¹, Paula Flemming², Rodrigo Távora Mira³

*Autor Correspondente: Paula Flemming. Rua Humberto Morona, 27, Cristo Rei. Curitiba, PR, Brasil. CEP: 80050-420.
E-mail: paulaflemming@live.com

Como citar: PIMPÃO, C. T.; FLEMMING, P.; MIRA, R. T. Uma reflexão sobre a atenção primária à saúde animal. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 22, e38569, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36440/recmvz.v22.38569>.

Cite as: PIMPÃO, C. T.; FLEMMING, P.; MIRA, R. T. A reflection on primary animal health care. **Journal of Continuing Education in Veterinary Medicine and Animal Science of CRMV-SP**, São Paulo, v. 22, e38569, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36440/recmvz.v22.38569>.

Resumo

A Atenção Primária à Saúde cuida das pessoas por meio da promoção e prevenção, muito mais do que apenas tratar doenças. Da mesma forma, a Medicina Veterinária do Coletivo busca seguir esta premissa, porém, apesar dos esforços, a vulnerabilidade social e o interesse político interferem em suas estratégias e resultados. Desta forma, a saúde animal precisa do apoio de políticas públicas. Realizados em algumas cidades, programas de controle populacional, associados à educação sobre posse responsável, buscam resolver o número de animais no ambiente e reduzir os agravos à Saúde Única. No entanto, a saúde animal, propriamente dita, é deficitária e acaba interferindo na saúde humana, uma vez que as relações interespecies se intensificaram. O objeto do estudo qualitativo é visto na sua historicidade, centrado em uma problemática. Assim sendo, tutores e animais de companhia em situação de vulnerabilidade concebem uma problemática coletiva a ser cuidada. Com isso, o objetivo deste estudo é contextualizar a atenção primária à saúde animal por meio de reflexões sobre os fenômenos envolvidos neste tema, visando amplificar e construir o conhecimento crítico. É possível afirmar que a atenção primária à saúde animal é um progresso para o contexto sócio-econômico-político brasileiro, visando solucionar a problemática nacional dos animais de companhia e tutores vítimas da vulnerabilidade.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Vulnerabilidade. Animais de Companhia. Políticas Públicas.

Abstract

Primary Health Care takes care of people through promotion and prevention, much more than just treating illnesses. In the same way, Collective Veterinary Medicine seeks to follow this premise, however, despite the efforts, social vulnerability and political interest interfere within its strategies and

1 Médica-veterinária, docente, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

2 Discente, Medicina Veterinária, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

3 Médico-veterinário, docente, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil



results. Thus, animal health needs the support of public policies. Held in some cities, population control programs associated with education on responsible ownership seek to resolve the number of animals in the environment and reduce harm to the One Health. However, animal health is deficient and ends up interfering in human health, since interspecies relations have intensified. The object of the qualitative study is seen in its historicity, centered on a problem. In this way, guardians and companion animals in vulnerable situations conceive a collective problem to be addressed. Therefore, the aim of this study is to contextualize primary care for animal health through reflections on the phenomena involved in the topic, aiming to amplify and build critical knowledge. It is possible to affirm that primary care for animal health is a progress for the Brazilian socio-economic-political context, aiming to solve the national problem of companion animals and owners who are victims of vulnerability.

Keywords: Collective Health. Vulnerability. Company Animals. Public Policy.

Introdução

A Medicina Veterinária do Coletivo aborda questões referentes às interações humanas, animais e meio ambiente, pela promoção de relações harmônicas, a partir de ações de prevenção, controle e erradicação de doenças e agravos. No entanto, essa colaboração na Saúde Pública enfrenta desafios em vários níveis do sistema de saúde e do meio ambiente, tornando-a complexa de ser desenvolvida (CFMV, 2021; PINHEIRO *et al.*, 2022).

Entre um dos desafios está a vulnerabilidade social, uma lacuna difícil de ser solucionada a nível nacional. Ela compreende aspectos, intimamente, interligados, entre eles a baixa renda, a disfuncionalidade nos vínculos afetivo-relacionais e a desigualdade de acesso a bens e serviços públicos, somados à população de cães e gatos como integrantes familiares (BARRERO *et al.*, 2017).

Neste contexto, a sociedade passa por mudanças relacionadas ao bem-estar animal e aos seus direitos, na qual 61% dos tutores consideram cães e gatos como membros familiares, trazendo novos desafios para as políticas públicas (BRASIL, 2023).

Segundo resultados de uma pesquisa com 440 municípios para a compreensão da realidade brasileira sobre a distribuição de políticas de proteção e defesa dos animais de estimação, em 76% dos municípios não existe estrutura para acolhimento de animais abandonados ou vítimas de maus-tratos, 67% não possui iniciativa de censo animal e um Centro de Controle de Zoonose, 65% não tem um plano ou programa para enfretamento aos maus-tratos e 45% não possui órgão específico responsável pelo combate a essa prática. Muitos não contam com legislação (62%) ou dotação específica (60%) para controle populacional ou bem-estar de cães e gatos (BRASIL, 2023).

Ainda, 55% dos municípios consideram urgente a necessidade da implementação de políticas públicas contra o abandono e maus-tratos, controle populacional e guarda responsável. Em 45%, não há campanhas ou ações periódicas de combate e controle de zoonoses, e, quando há, a tutela dos programas de controle populacional e bem-estar de animais ficam a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (40%) e da Secretaria da Saúde (37%) (BRASIL, 2023).

Em uma reunião técnica do Programa Nacional de Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos, foi inserida na Matriz de Responsabilidades a temática “Atenção Básica à saúde animal (vacinação e vermifugação)”.

Entrando nesta temática, a Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e abrange estratégias que impactem positivamente na saúde coletiva. As estratégias contemplam programas com serviços multidisciplinares pela comunidade, como a Saúde da Família e a Saúde na Escola, visando conscientizar e educar a população acerca dos cuidados inerentes à saúde. Os programas devem refletir o compromisso do governo na busca da qualidade de vida, redução de fragilidades e riscos. O impasse está no fato de que é impossível alcançar a saúde sem melhorar os determinantes sociais, que vão além da saúde (OPAS, s.d.; PINHEIRO *et al.*, 2022).

Diante das contínuas tendências e enfoque voltado para o bem-estar e a saúde animal em consonância com a saúde humana, este estudo visa contextualizar e apontar reflexões sobre os fenômenos envolvidos na atenção primária à saúde animal, de modo que possa produzir dados sobre a inter-relação dos fenômenos para fins de políticas públicas e incentivos relacionados à saúde animal.

Metodologia

Segundo Günther (2006), o objeto do estudo qualitativo é visto na sua historicidade, centrado em uma problemática. Desta forma, tutores e animais de companhia em situação de vulnerabilidade concebem uma problemática coletiva a ser cuidada. Com isso, o objetivo deste estudo é contextualizar a atenção primária à saúde animal por meio de reflexões sobre os fenômenos envolvidos neste tema, visando amplificar e construir o conhecimento crítico (GÜNTHER, 2006).

A estratégia para a coleta de dados seguiu a variabilidade dos fenômenos (GÜNTHER, 2006) envolvidos na atenção primária em animais de companhia, sendo inseridas bibliografias relacionadas aos seguintes temas: Atenção Primária em Saúde e a Medicina Veterinária; Políticas Públicas para a População de Cães e Gatos; Agravos à Saúde Pública; Colaboração entre o Setor Público-Privado. Esta etapa teve como objetivo aproximar os referenciais teóricos relevantes ao tema, inicialmente, pela leitura exploratória para identificar as literaturas que orientaram a pesquisa, seguida da leitura analítica interpretativa e, por fim, a análise crítica buscando a relação entre as informações coletadas. O propósito foi obter profundo entendimento dos estudos e possibilitar a identificação das características sinérgicas e dependentes entre os fenômenos envolvidos na atenção primária à saúde animal (GÜNTHER, 2006; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Os dados foram coletados pelas bases de dados Portal de Periódicos da Capes, PubMed e Scielo, revistas eletrônicas (CRMV-MG; CRMV-SP), sites nacionais (CFMV; BRASIL) e internacionais (OPAS; WAP), com publicações nos idiomas inglês e português. As palavras-chave utilizadas incluíram saúde coletiva, vulnerabilidade, animais de companhia, políticas públicas. Foram utilizados estudos, integralmente, disponíveis para o acesso público e a sua seleção ocorreu entre agosto e outubro de 2023.

Resultados e discussão

Atenção primária em saúde e a Medicina Veterinária

A atenção primária é o primeiro nível do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo é impactar, positivamente, na saúde por meio de ações individuais e coletivas, assumindo a responsabilidade sanitária e participativa pela dinâmica existente no território em que a população vive (BRASIL, 2023; PINHEIRO *et al.*, 2022).

Do mesmo modo, a “Atenção Básica à Saúde Canina” é mencionada pela World Animal Protection. Ela ressalta que programas de manejo de cães são feitos para evitar a disseminação de zoonoses e que tratamentos veterinários preventivos e regulares, como a vermifugação e as vacinas, beneficiam tanto cães quanto humanos (WAP).

Com o apoio de prefeituras e cursos de Medicina Veterinária, mutirões e unidades móveis de esterilização cirúrgica (castramóveis), campanhas de vacinação, vermifugação e posse responsável são realizados em cidades como Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e outros grandes municípios, visando o controle populacional e a educação quanto aos cuidados e a posse animal.

Comparativamente, no Sistema Único de Saúde, a população tem uma flexibilidade em poder se direcionar a uma unidade de saúde, com uma média de 18 vacinas para a proteção das pessoas. Já no contexto da saúde animal, em campanhas e ações pontuais com cães e gatos, o número atingido de

animais e seus tutores em situação vulnerável pode ser menor. Esse aspecto demanda atenção visto que, atualmente, há mais lares com cães e gatos do que com crianças de até 14 anos, exigindo atenção, cuidados e políticas públicas (BRASIL, 2022, 2023).

Na tangente do tema sobre atenção primária em saúde animal, as Unidades Básicas de Saúde Animal (Ubsa ou UBSA) seguem o preceito das Unidades Básicas de Saúde do SUS. Cidades como Cajamar-SP, Campos-RJ, Macaé-RJ, Santana de Parnaíba-SP, Santo Ângelo-RS, São Caetano do Sul-SP, Sertãozinho-SP, Tatuí-SP, Vinhedo-SP e Votorantim- SP contam com a iniciativa.

O atendimento é destinado aos animais domésticos e/ ou silvestres em situação de vulnerabilidade, para famílias de baixa renda homologadas no respectivo município, inscritas no CadÚnico, Centro de Referência e Assistência Social (Cras) e protetores independentes cadastrados no departamento de Bem-Estar Animal. Feiras e campanhas de adoção também são instituídas pela UBS Animal. Em alguns dos municípios, cães e gatos abandonados são resgatados, recebem atendimento e permanecem na UBS para adoção.

São realizados atendimentos veterinários para consultas, exames laboratoriais e de imagem, cobertura vacinal, procedimentos de baixa complexidade, tratamento de doenças infecto-contagiosas, cirurgias e emergências. Em algumas cidades, faz-se necessário o agendamento prévio para a consulta e os atendimentos de maior complexidade são encaminhados para o hospital veterinário do município ou clínica licitada. A prioridade é a saúde animal.

Dependendo do município, as medicações prescritas devem ser adquiridas pelo tutor, sem auxílio do fornecimento das mesmas, o que confronta com a realidade vulnerável dessas famílias e nos resultados da saúde animal.

Segundo dados do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), cerca de 95.926.760 pessoas estão no Cadastro Único, o principal meio de identificação da situação socioeconômica vulnerável à nível nacional. Diante de uma população brasileira com cerca de 203.062.512 habitantes, cerca de 47% da população se encontra em situação socioeconomicamente vulnerável. Portanto, existe uma demanda por políticas que assegurem a redução das desigualdades e a conscientização sobre a participação social na promoção da qualidade de vida. Neste quesito, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apoia indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, pessoas que tiveram direitos violados por abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. O enfrentamento de dificuldades ocorre através de serviços, benefícios, programas e projetos. Com isso, o SUAS articula esforços e recursos dos municípios, estados e União (BRASIL, 2023).

Em face aos dados nacionais e diante do contexto dos animais de companhia como integrantes familiares, a abrangência dos aspectos vulneráveis a serem enfrentados são ainda maiores. É necessária a conscientização sobre a saúde coletiva em todo o território nacional, a citar um total de 5.570 municípios. Os municípios supracitados que possuem Ubsa são exemplos de iniciativas fundamentais a serem adotadas por mais prefeituras, ou ainda, medidas de enfrentamento da vulnerabilidade de animais de companhia e de seus tutores (BRASIL, 2023; CARMO; GUIZARDI, 2018).

Políticas públicas para a população de cães e gatos

As políticas públicas são recursos para atingirem-se os objetivos fundamentais do Estado. A Constituição brasileira de 1988 prevê o bem de todos, sem discriminação e menção ao especismo. Juridicamente, a morte e o sofrimento de animais de rua desamparados e sem assistência pública veterinária são injustificáveis. Sempre que os interesses pertinentes aos animais estejam em questão, devem ser adotadas medidas para o cumprimento dessa finalidade (RIBEIRO; MAROTTA, 2017).

Problemas como a superpopulação dos animais em situação de rua, abandono, maus-tratos, sanidade, propagação de doenças e zoonoses são alvos dos programas de manejo populacional de cães e gatos. Tais programas envolvem o controle reprodutivo pela esterilização cirúrgica, educação

para a guarda responsável, registro e identificação dos animais. Alguns programas também realizam a vacinação e vermifugação dos animais quando há recursos disponíveis. Estratégias para caracterização dessas populações, avaliação de sua dinâmica e monitoramento também são necessárias para a manutenção do programa (GARCIA, 2014).

A importância da adoção de programas e políticas públicas para a saúde animal deve se basear no princípio de que o Estado e a coletividade tem o dever de tutelar os animais. A essência do dever do Poder Público de proteger a fauna e vedar práticas que coloquem em risco a função ecológica deve englobar ações sérias, contínuas e com amparo técnico para os animais e o equilíbrio entre a convivência com os seres humanos. Se a ciência e a evolução do conhecimento defendem a Saúde Única, a abordagem das políticas públicas da saúde nacional não deve ser diferente (RIBEIRO; MAROTTA, 2017).

As estratégias utilizadas pelo governo para o controle populacional de animais abandonados são influenciadas pela demanda social, legal, financeira, ética, além dos aspectos demográficos, ecológicos e o grau de envolvimento do país (GARCIA, 2014).

Agravos à saúde pública

No que se refere aos agravos à saúde pública, cães são responsáveis por 60% a 95% dos casos de mordeduras, principalmente, em bairros com cães errantes ou semidomiciliados em busca de alimento. Bairros com menores rendas médias e maior índice de analfabetismo também possuem maiores incidências de mordeduras. Tendo isso em vista, a educação em saúde, guarda responsável e informações sobre serviços ofertados no município são essenciais para diminuição desses casos (PINTO *et al.*, 2017).

Relacionado à educação, em um estudo realizado com 137 indivíduos na cidade de Curitiba, 47,4% não tinham conhecimento sobre zoonoses, 27% conheciam e sabiam pelo menos uma forma de prevenção, e 25,6% não responderam. O conhecimento quanto à guarda responsável e a educação em saúde pública foram pontos fracos do público em geral e necessitam ser fortalecidos (ISHIKURA *et al.*, 2016).

Já o abandono, embora considerado crime, ainda é uma prática comum agravada pela falta de esclarecimento das pessoas com relação às responsabilidades envolvidas na posse de um animal. Cães e gatos errantes são vítimas de maus-tratos, acidentes nas ruas e transmissão de zoonoses (NUNES *et al.*, 2017).

Os fatores de risco relacionados aos maus-tratos em animais de companhia no ambiente familiar consistem no elevado número de animais no domicílio, baixas condições financeiras e escolaridade de ensino fundamental incompleto, culminando na negligência dos animais, agressão intencional e abandono. Os maus-tratos aos animais em ambiente doméstico está associado à ocorrência de violência doméstica à crianças, jovens, mulheres e idosos, caracterizando a Teoria do Elo (BARRERO *et al.*, 2017; CFMV, 2023).

Outro agravo à saúde pública é o acúmulo de animais, considerado um transtorno mental e observado em locais com falta de saneamento, espaço, alimentação e cuidados veterinários, distribuída em bairros mais populosos e de menor renda média. Estes aspectos corroboram com o fato de que os determinantes sociais são indissociáveis da saúde (ROCHA *et al.*, 2016).

Percebe-se que os animais de companhia se tornaram vítimas dos determinantes sociais da população brasileira. É visível que as medidas da APS, como a educação, promoção e prevenção à saúde animal, são decisivas para o impacto positivo ou negativo na Saúde Pública. As políticas de manejo sanitário como a vermifugação, atuando no controle, a vacinação e a educação na prevenção, moldam o futuro dessa problemática. Ora a APS humana é extensa e promovida, não tão diferente deve ser para a saúde animal.

Colaboração entre o setor público-privado

As parcerias público-privadas (PPPs) são fruto da prestação de serviços, infra-estrutura e gestão que não são capazes de serem feitas somente pelo Estado. Sem as PPPs, parte da sociedade fica desprovida de serviços, gerando a estagnação de uma problemática sem solução. A parceria se faz presente na insatisfação popular com relação a determinado serviço público (SILVA, 2016).

A Lei Federal nº 11.079/2004 regulamenta que o setor privado possa contribuir para o investimento em infra-estrutura, conhecimento e gestão, promovendo uma sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas em atingir objetivos do setor público (SILVA, 2016).

Segundo Galière *et al.* (2019), essas parcerias são identificadas como uma solução chave para reforçar os serviços veterinários. O recurso financeiro é considerado o obstáculo mais importante, mas que mesmo sendo um obstáculo superado, o sucesso da parceria só é alcançada pela comunicação eficaz, a confiança entre os parceiros e mecanismos de governança adequados (GALIÈRE *et al.*, 2019).

Em um levantamento em 76 países sobre as modalidades veterinárias implementadas pelo setor público-privado, as mais representadas foram a prestação de serviços, principalmente as campanhas de vacinação (GALIÈRE *et al.*, 2019).

Deve-se estar bem definida a finalidade do setor público para com o bem comum, neste caso, para à saúde animal. Dessa forma, o setor privado detém de recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos para a prestação do serviço. Esse método é considerado uma das principais opções do governo para elevar as precárias ofertas de infra-estrutura e serviços no território (SILVA, 2016).

Conclusão

Considerando a abordagem qualitativa adotada, foi possível contextualizar a atenção primária à saúde animal por meio de reflexões sobre os fenômenos envolvidos neste tema, atrelado a construção do conhecimento crítico.

Diante do exposto, a atenção primária à saúde animal nasce em virtude da vulnerabilidade social e do reconhecimento dos animais de companhia como membros familiares, das mudanças relacionadas ao bem-estar animal e aos seus direitos, do dever do Estado e da coletividade em tutelar os animais vítimas de abandono e maus-tratos, da prevenção e do controle de agravos à saúde pública, da educação e conscientização da sociedade e da capacidade de parceria com recursos e ações entre o setor público e privado, objetivando cuidar da saúde coletiva.

Pode-se afirmar que a atenção primária à saúde animal é um progresso para o contexto sócio-econômico-político brasileiro, visando solucionar a problemática nacional dos animais de companhia e tutores vítimas da vulnerabilidade. Espera-se que esta pesquisa qualitativa seja vinculada ao contexto cotidiano, norteando conhecimentos, ações e a reflexão contínua, destacando a importância deste tema e a busca sucessiva por soluções e avanços em prol do bem-estar coletivo. &

Referências

BARRERO, S. M. *et al.* Fatores de risco para a ocorrência de maus-tratos em cães e gatos no ambiente familiar. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 89, mar. 2017. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/37690>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Quais são as vacinas disponíveis?** Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2022/multivacinacao/quais-sao-as-vacinas-disponiveis/>. Acesso em: 18 set. 2023.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à fome. **Relatório de programas e ações**. Brasília, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#cadastrounico>. Acesso em: 30 out. 2023.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais. **Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais**. Brasília, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secretaria-nacional-de-biodiversidade-florestas-e-direitos-animais-1/departamento-de-protecao-defesa-e-direitos-animais>. Acesso em: 9 set. 2023.
- CAJAMAR. **UBS Animal de Cajamar celebra três anos de atendimento dedicado aos animais**. Cajamar, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://cajamar.sp.gov.br/noticias/2023/06/22/ubs-animal-de-cajamar-celebra-tres-anos-de-atendimento-dedicado-aos-animais/>. Acesso em: 30 out. 2023.
- CAMPOS. **Prefeitura inaugura Unidade Básica de Saúde Pet no Parque João Maria nesta sexta**. Campos, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://cczcampos.com.br/2023/12/22/prefeitura-inaugura-unidade-basica-de-saude-pet-no-parque-joao-maria-nesta-sexta/10778/>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00101417, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>.
- CASSUNDÉ, J. **1ª UBS animal de Santana de Parnaíba é inaugurada essa semana**. Santana de Parnaíba, 6 ago. 2020. Disponível em: https://santanadeparnaiba.sp.gov.br/noticias_13/materias/2020/06_08_UBS_Animal.html. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CFMV. Assessoria de Comunicação. **Combater os maus-tratos aos animais é um dever de todos**. 4 maio 2023. Disponível em: <https://www.cfmv.gov.br/combater-os-maus-tratos-aos-animais-e-um-dever-de-todos/comunicacao/noticias/2023/05/04/>. Acesso em: 10 set. 2023.
- CFMV. Assessoria de Comunicação. **Medicina Veterinária do Coletivo se tornará nova especialidade**. 4 maio 2021. Disponível em: <https://www.cfmv.gov.br/medicina-veterinaria-do-coletivo-se-tornara-nova-especialidade/comunicacao/noticias/2021/05/04/>. Acesso em: 10 set. 2023.
- GALIÈRE, M. *et al.* Typological analysis of public-private partnerships in the veterinary domain. **PloS One**, v. 14, n. 10, e0224079, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0224079>.
- GARCIA, R. C. M. Normas e políticas públicas para controle populacional cães e gatos. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE BIOÉTICA E BEM-ESTAR ANIMAL, 3., 2014, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014. p. 149. Disponível em: <https://labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/09/Anais-III-CBBBEA.pdf#page=150>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>.
- ISHIKURA, J. I. *et al.* Perfil de adotantes e não adotantes de animais da feira Amigo Bicho em Curitiba. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 74, jan. 2016. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28924>. Acesso em: 18 set. 2023.
- MACAÉ. **UBS Animal**. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/ubs-animal>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- NUNES, B. P. *et al.* Importância do projeto Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (Umeees) na cidade de Curitiba e região metropolitana, estado do Paraná, Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 89-90, mar. 2017. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/37691>. Acesso em 18 set. 2023.

OPAS. **Atenção primária à saúde**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude>. Acesso em: 10 set. 2023.

PINHEIRO, G. R. G. *et al.* Glossário de Medicina Veterinária do Coletivo. **Revista V&Z em Minas**, ano 39, n. 149, set. 2022. Disponível em: <https://crmvmg.gov.br/RevistaVZ/Revista149.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

PINTO, M. C. *et al.* Caracterização epidemiológica de mordeduras de cães em humanos no município de Ponta Grossa, estado do Paraná, Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-91, mar. 2017. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/37693/42397>. Acesso em: 18 set. 2023.

RIBEIRO, L. G. G.; MAROTTA, C. G. Judicialização de políticas públicas em prol dos animais: uma visão de saúde única. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 74-87, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i1.4480>.

ROCHA, S. M. *et al.* Frequência de casos de acumuladores de animais e correlação com indicadores socioeconômicos em Curitiba-PR. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 76, jan. 2016. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28928/30573>. Acesso em: 18 set. 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Grupo A, 2013.

SÃO CAETANO DO SUL. **Unidades de atendimento animal**. Disponível em: <https://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/paginasweb/36>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SERTÃOZINHO. Departamento de Comunicação. **UBS animal de Sertãozinho entra em funcionamento**. Sertãozinho, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.sertaozinho.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1606/ubs-animal-de-sertaozinho-entra-em-funcionamento/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, A. N. S. **Parceria público-privada: análise do projeto Aperfeiçoando as PPPs no Brasil**. 2016. 82 f. Monografia, Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1033>. Acesso em: 24 out. 2023.

TATUÍ. **Inaugurada a primeira Unidade Básica de Saúde Animal em Tatuí**. Tatuí, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www2.tatui.sp.gov.br/2023/11/21/inaugurada-a-primeira-unidade-basica-de-saude-animal-em-tatui/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VOTORANTIM. **Unidade Básica da Saúde Animal é entregue e começa a atender no dia 15**. Votorantim, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.votorantim.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/12448/unidade-basica-da-saude-animal-e-entregue-e-comeca-a-atender-no-dia-15>. Acesso em: 10 mar. 2024.

WAP – World Animal Protection. **Atenção básica à saúde canina**. Disponível em: https://www.worldanimalprotection.org.br/siteassets/documents/geral/atencao_basica_saude_canina_wap.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

WEBER, T. **Santo Ângelo oferece serviços de Unidade Básica de Saúde Animal**. Santo Ângelo, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/noticias/prevencao/84843-santo-angelo-oferece-servicos-de-unidade-basica-de-saude-animal>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Recebido: 5 de janeiro de 2024. Aprovado: 23 de abril de 2024.